

Bracher diz que Brasil não fez concessões para assinar acordo

SÃO PAULO — A moratória da dívida externa brasileira continua — não foi suspensa sequer temporariamente — e o acordo com os bancos credores, acertado na madrugada de quinta-feira, foi conseguido sem que tenha sido feita nenhuma concessão. Essas duas observações foram as mais enfatizadas pelo principal negociador da dívida externa, o assessor especial Fernão Bracher, logo a sua chegada, ontem em São Paulo, procedente dos Estados Unidos.

— Conseguimos um lugar à mesa de negociação com respeito”, afirmou Bracher, cuja aparência descansada parecia negar a maratona na qual se envolveu durante a semana, na discussão da forma de fechar as contas deste ano do Brasil. “Mostramos nossa vontade de negociar, abrindo caminho, assim, para concluir um acordo de longo prazo, pois este de agora representa apenas o fim de uma primeira etapa.”

Ao afirmar que não foram feitas concessões, Bracher sublinhou que ficou muito claro, para os credores, que o acordo com o comitê de bancos nada tem a ver com as negociações com agências oficiais. Ou seja, ele nega que tenha sido imposta ao país a cláusula de condicionalidade da ida ao Fundo Monetário Internacional, ponto que acendeu grandes discussões na área política, provocando reações negativas das lideranças do PMDB. “Tomei conhecimento de tal reação apenas pelos jornais”, disse. “E acredito que se deva apenas por falta de esclarecimento sobre os termos do acordo.” Tais esclarecimentos ele diz estar disposto a dar, e promete acompanhar o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, ao Congresso nesta segunda-feira, caso o PMDB faça a convocação, anunciada na sexta-feira.

Sem derrotas — Bracher afirma estar mais seguro de que o governo brasileiro encontrará os banqueiros mais acessíveis a um acordo de longo prazo, o qual implicará a emissão de bônus como a forma de reestruturar todos os compromissos externos do Brasil. Segundo Bracher, os bancos credores reconheceram, na atual rodada de negociações, a necessidade de se estabelecer mecanismos pelas quais o país possa defender-se de eventuais flutuações das taxas de juros no exterior.

Por enquanto, ele contabiliza como resultado positivo o fato de os bancos credores terem assegurado a continuidade das linhas de crédito de curto prazo, de 15 bilhões de dólares, durante todo o período de negociações que deve terminar apenas no início de 1988. Ele destaca ainda que o *spread* que incidirá sobre o empréstimo-ponte de 3 bilhões de dólares acertado agora é igual à menor taxa obtida no mercado internacional. Os 0,8% representa exatamente a taxa obtida pelo México para um empréstimo-ponte de 500 milhões, depois de ter celebrado seu acordo com o FMI e contar com o apoio de todos os organismos internacionais.

Ele admitiu, no entanto, que no acordo final o governo mexicano conseguiu taxas 1/16 avos inferiores ao *spread* acertado pelo Brasil com os bancos credores.

Bracher não admite como derrota do governo brasileiro a forma de encaminhar aos credores a parcela dos pagamentos que o país deverá fazer sobre os juros deste ano e que somarão 1,5 bilhão de dólares. Até o fim de novembro e início de dezembro — disse ele — o Brasil deverá mandar os 500 milhões de dólares e, apenas em 16 de junho de 1988 — se houver uma conclusão satisfatória das negociações de longo prazo — será paga uma outra parcela de um bilhão de dólares. Os primeiros 500 milhões não serão depositados agora no Banco de Compensações Internacionais (BIS) que receberá apenas um telegrama do Brasil informando sobre a existência do crédito.